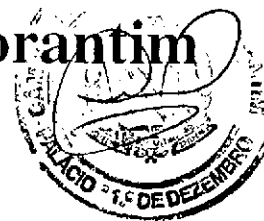




# **Câmara Municipal de Votorantim**

**"Capital do Cimento"**  
ESTADO DE SÃO PAULO



**AUTÓGRAFO Nº 19/01**

## **PROJETO DE LEI Nº 31/01**

Institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

Lei nº .....de.....de.....de 2001.

**JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE, SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI :**

**Art. 1º** – Fica instituído, no município de Votorantim, o Bônus Educação, bonificação pecuniária de caráter excepcional devida aos servidores públicos Municipais e/ou Estaduais à disposição do Município, em razão da municipalização do ensino, com atuação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** – Farão jus ao Bônus Educação, os servidores de que trata o artigo anterior, que no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2000, por no mínimo 30 (trinta) dias, tenham exercido, a serviço do município, cargos ou funções municipais de:

- I-** Diretor de Departamento de Ensino Fundamental;
- II-** Diretor de Escola de Educação Básica II;
- III-** Diretor de Escola de Educação Básica I, em exercício na direção de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF;
- IV-** Supervisor Pedagógico;
- V-** Assistente Técnico Pedagógico;



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”  
ESTADO DE SÃO PAULO



- VI- Professor Coordenador;
- VII- Professor de Educação Básica II;
- VIII- Professor de Educação Básica I, excepcionalmente no exercício do magistério no ensino fundamental.

§ 1º – Não farão jus ao Bônus Educação, os servidores que exerceram função estritamente em caráter eventual, nos termos da Lei Municipal nº 1389 de 26 de abril de 1999.

§ 2º – Os cargos que se referem este artigo, são os constantes do quadro de pessoal da Prefeitura e as funções, as análogas a esses cargos.

**Art. 3º** – O Bônus Educação será custeado pelo resíduo financeiro do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no exercício de 2000, mediante seu rateio proporcional e terá valor fixado para cada servidor, que a ele fizer jus, atendendo aos seguintes critérios:

- I- Para os servidores que não se enquadram na hipótese do inciso II deste artigo, que exerceram, a serviço do Município, cargo ou função correspondentes aos incisos do artigo 2º desta Lei, o valor do Bônus será fixado proporcionalmente ao número de dias trabalhados no exercício de cada cargo ou função, até o limite de 330 (trezentos e trinta) dias e ao respectivo valor do vencimento em sentido estrito, em vigor no mês de dezembro de 2000, excluídas quaisquer vantagens;
- II- Para os professores do Estado que já receberam Bônus Gestão ou Bônus Mérito estaduais e dentro



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO



do exercício de 2000, encontravam-se afastados junto ao programa da Ação de Parceria entre o Estado de São Paulo e este Município e exerceram, nessa qualidade, durante o período estipulado no artigo 2º, funções de magistério, ou de suporte pedagógico por designação do Município, o Bônus Educação corresponderá a valores fixos, de acordo com o cargo ou função exercida no período, em equivalência aos cargos municipais, conforme segue:

- a) Professor de Educação Básica II: R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- b) Professor Coordenador: R\$ 700,00 (setecentos reais);
- c) Assistente Técnico Pedagógico: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- d) Diretor de Escola de Educação Básica II: R\$ 800,00 (oitocentos reais);
- e) Supervisor Pedagógico: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º – O vencimento em sentido estrito a que se refere o inciso I, em relação aos exercentes de cargo efetivo ou função a eles análogas, será sempre o correspondente ao grau "a".

§ 2º – Para a fixação do valor do Bônus dos servidores de que trata o inciso I, que, durante o período estabelecido no artigo 2º, exerceram mais de um cargo ou função dentre os elencados nos incisos do mesmo artigo, observar-se-á, individualmente para cada cargo ou função exercida, os critérios estabelecidos no inciso I, sendo que o valor do Bônus corresponderá a somatória dos valores obtidos em cada um deles.



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO



§ 3º – Excluída a hipótese do parágrafo anterior, é vedado o pagamento acumulado do Bônus Educação, sendo devido ao servidor que se enquadrar em mais de uma situação de contemplação, recebê-lo pela que lhe for mais vantajosa.

Art. 4º – Os Bônus Educação serão pagos em uma única parcela, após a publicação da lista contendo os nomes dos contemplados e não se incorporará, sob qualquer hipótese, aos vencimentos dos servidores por eles agraciados.

Art. 5º – As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 24 de julho de 2.001.

  
Jerson Pedroso  
PRESIDENTE

  
Heber de Almeida Martins  
1º SECRETÁRIO

  
Jomair de Jesus Procópio  
2º SECRETÁRIO